

EVOLUÇÃO DA POBREZA NO ESTADO DO MARANHÃO: análise a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 1993 a 2008

Talita de Sousa Nascimento¹

RESUMO

Investigação sobre a evolução da pobreza no Estado do Maranhão. A fonte de dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Para melhor apurar o fenômeno procedeu-se à elaboração de um indicador sintético. O ponto de partida foi a escolha da abordagem multidimensional. Logo após, selecionou-se como forma de mensuração um indicador multidimensional. Em seguida, fez-se uma descrição da metodologia do Índice. As principais conclusões são que o Maranhão apresenta os piores indicadores de pobreza, quando comparado com o Nordeste e o Brasil; e que o diferencial vem se fechando, em especial na década de 2000.

Palavras-chave: Pobreza – evolução. Indicador sintético. Maranhão.

ABSTRACT

Research on the evolution of poverty in the State of Maranhão. The data source is the National Survey by Household Sampling (PNAD). To better investigate the phenomenon proceeded to draw up a synthetic indicator. The starting point was the choice of multidimensional approach. Soon after, he was selected as a way of measuring a multidimensional indicator. Then, it was a description of the methodology of the Index. The main conclusions are that the Maranhão has the worst indicators of poverty, compared with the Northeast and Brazil, and that the gap is closing, especially in the 2000s.

Keywords: Poverty - evolution. Synthetic indicator. Maranhão.

¹ Estudante de Pós-graduação. Universidade Federal do Maranhão (UFMA). talitadsn@yahoo.com.br

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a temática da pobreza se revelou um assunto cada vez mais discutido. Está presente na pauta de vários estudos desenvolvidos por organismos internacionais, governos, bem como no meio acadêmico.

Para compreender as implicações dos novos desdobramentos do capitalismo sobre os diversos indicadores utilizados na mensuração da pobreza, são elaborados métodos de agregação desses indicadores a fim melhor quantificá-la e caracterizá-la. Através dessas medidas pode-se ter uma visão sistemática da evolução da pobreza nas esferas global, nacional, regional, estadual e municipal.

Todos os esforços para construção de índices de pobreza são bastante válidos em qualquer que seja a localidade, principalmente em regiões com indicadores socioeconômicos tão precários como o Maranhão. Para se ter uma idéia, o Maranhão se configura como um dos Estados mais pobres da Federação. Em 1995 tinha a maior taxa de pobreza absoluta (77,8% da população) seguido pelo Piauí (75,7%) e Ceará (70,3%). Em 2008, o primeiro lugar passou a ser ocupado por Alagoas (56,6%), o segundo ficou com o Maranhão (55,9%) e em terceiro lugar estava o Piauí (52,5%) (IPEA, 2010a). No Estado, também vigoram as rendas *per capita* mais baixas do Brasil, além de uma considerável carência no acesso a serviços básicos. Desde 2002 até 2008, o PIB *per capita* do Maranhão permanece no 26º lugar no *ranking* por Unidade da Federação (IMESC, 2010).

Isto posto, o principal objetivo deste trabalho é analisar a evolução da pobreza no Estado do Maranhão no período de 1993 a 2008. Para tanto, procedeu-se à construção de um indicador multidimensional da pobreza, o qual foi denominado Índice de Pobreza Familiar Maranhense (IPFM). A fonte de dados foi a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) dos anos de 1993, 1998, 2003 e 2008.

O desenvolvimento deste trabalho se desdobra em três seções, além desta introdução. Na primeira, abordam-se as concepções teóricas e formas de mensuração do fenômeno da pobreza escolhida. Na segunda seção faz-se a descrição da metodologia utilizada na construção do IPFM e a demonstração dos principais resultados obtidos nos quatro momentos para os quais o Índice foi elaborado. Por fim, apresentam-se a conclusão e as perspectivas sobre a pobreza no Estado do Maranhão.

2 CONCEPÇÕES TEÓRICAS E FORMAS DE MENSURAÇÃO DA POBREZA

O campo teórico sobre a pobreza é vasto. Inexiste uma única forma de se caracterizar esse fenômeno. Ela pode ser analisada sob várias perspectivas e a literatura nos traz diferentes campos teóricos que buscam explicar essa temática. As diversas abordagens decorrem das diferentes perspectivas desenvolvidas por grupos sociais, a partir de dadas realidades prevaletentes em determinados contextos históricos. Como afirma Silva (2002, p. 74):

[...] não se pode falar de solidez e estabilidade do conceito de pobreza no tempo e no espaço, sendo ilusório pensar numa definição “científica”, objetiva e universal. O que se identifica, na literatura, são conceitos desenvolvidos por grupos sociais a partir de uma dada concepção sobre a realidade social, o que significa que o conhecimento da pobreza só existe através de representações dominantes e contraditórias em confronto, numa dada sociedade, num determinado momento histórico.

De acordo com Codes (2005), a evolução do pensamento científico sobre a pobreza aponta para uma abordagem complexa e multidimensional do problema. A questão da pobreza não é mais tomada apenas como insuficiência de renda refletida na necessidade mínima de assegurar a reprodução meramente física do indivíduo em situação de carência. No decorrer do século XX, a questão foi tomando um caráter mais científico. As quatro principais concepções dessa época, segundo Codes (2005), são: subsistência; necessidades básicas; pobreza como privação relativa; e pobreza como privação de capacidades.

A abordagem escolhida neste trabalho é a da pobreza como privação de capacidades, que a encara como um fenômeno multidimensional e complexo.

Essa nova forma de pensar insere a pobreza no campo da justiça social, abordagem que recebeu destacada contribuição do economista indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de economia em 1998. Essa maneira de apreender a pobreza leva em conta a liberdade, “[...] vista sob a forma de capacidades individuais para fazer coisas que uma pessoa com razão valoriza.” (SEN, 2000, p.74). As liberdades são focalizadas não simplesmente como os fins almejados pelo desenvolvimento, mas também como principais meios de alcançá-lo. Sen (2000) afirma que o fator gerador da fome e da miséria não é a falta de bens e sim a ausência de capacidades de obtê-los.

Com essa abordagem da pobreza, passou-se a desenvolver uma série de indicadores multidimensionais para melhor explicar o fenômeno da pobreza. Mesmo com deficiências, esses indicadores são considerados os mais completos, por incluir aspectos que podem ser econômicos, sociais e demográficos, como também, às vezes, políticos e culturais.

3 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO IPFM E PRINCIPAIS RESULTADOS

Como já explicitado, a abordagem escolhida no presente trabalho para a análise da pobreza no Estado do Maranhão foi a multidimensional. Para melhor apreender a realidade, optou-se pela construção de um índice sintético, um indicador multidimensional de pobreza, a fim de possibilitar uma relação mais acurada entre os aspectos teóricos e empíricos do fenômeno.

Denominou-se o Índice proposto de Índice de Pobreza Familiar Maranhense (IPFM)². O IPFM foi inspirado no Índice de Pobreza Familiar (IPF) elaborado por Barros et al (2006) a partir das informações disponibilizadas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). A ponderação do Índice foi feita de forma que o grau de pobreza varie entre 0 (famílias sem qualquer traço de pobreza) e 1 (famílias absolutamente pobres) (BARROS et al, 2006, p.16).

As seis dimensões analisadas a partir dos dados da PNAD foram: a) vulnerabilidade; b) acesso ao conhecimento; c) acesso ao trabalho; d) escassez de recursos; e) desenvolvimento infantil; e f) carências habitacionais.

O horizonte temporal delimitado para o estudo compreende os anos de 1993 a 2008. E o IPFM foi construído para quatro momentos, com intervalos regulares de cinco anos: 1993, 1998, 2003 e 2008.

Tabela 1 – Índice de Pobreza Familiar do Maranhão, Nordeste e Brasil e suas dimensões para os anos de 1993, 1998, 2003 e 2008

Índice de Pobreza Familiar e suas dimensões	1993			1998			2003			2008		
	MA	NE	BR	MA	NE	BR	MA	NE	BR	MA	NE	BR
Índice de Pobreza Familiar	0,39	0,34	0,26	0,36	0,30	0,23	0,31	0,28	0,22	0,27	0,26	0,21
Vulnerabilidade	0,29	0,27	0,23	0,27	0,25	0,23	0,24	0,23	0,21	0,23	0,21	0,20
Acesso ao conhecimento	0,59	0,54	0,42	0,53	0,50	0,38	0,47	0,44	0,33	0,40	0,39	0,31
Acesso ao trabalho	0,50	0,46	0,38	0,47	0,44	0,34	0,48	0,47	0,37	0,46	0,46	0,37
Desenvolvimento infantil	0,23	0,21	0,16	0,20	0,15	0,12	0,11	0,11	0,08	0,07	0,08	0,06
Escassez de recursos	0,20	0,18	0,11	0,19	0,15	0,09	0,20	0,18	0,10	0,19	0,18	0,11
Carências habitacionais	0,52	0,38	0,26	0,47	0,33	0,22	0,36	0,28	0,24	0,28	0,23	0,19

Fonte: IBGE - PNAD

Nestes quatro momentos selecionados, o Estado do Maranhão sempre apresentou os maiores resultados (0,39 – 0,36 – 0,31 e 0,27) quando comparado com a Região Nordeste (0,34 – 0,30 – 0,28 e 0,26) e com o Brasil (0,26 – 0,23 – 0,22 e 0,21). Tendo em vista que quanto maior o valor do Índice maior o grau de pobreza, os indicadores maranhenses refletem a posição de elevada pobreza em que se encontra,

² Construiu-se também, neste trabalho, um Índice de Pobreza Familiar para o Nordeste (IPFN) e para o Brasil (IPFB).

como pode ser visto na **Tabela 1**.

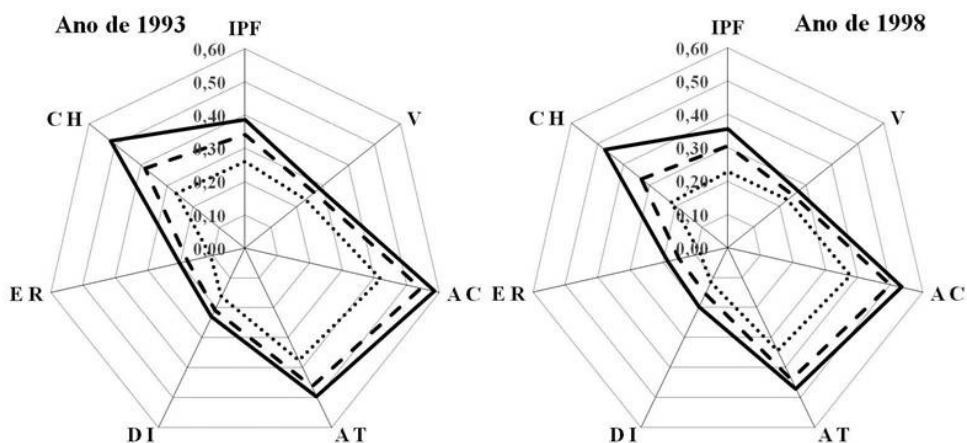
Tabela 2 – Índice de Pobreza Familiar e suas dimensões na década de 1990 e 2000 para o Maranhão, Nordeste e Brasil e variação 1990 a 2000

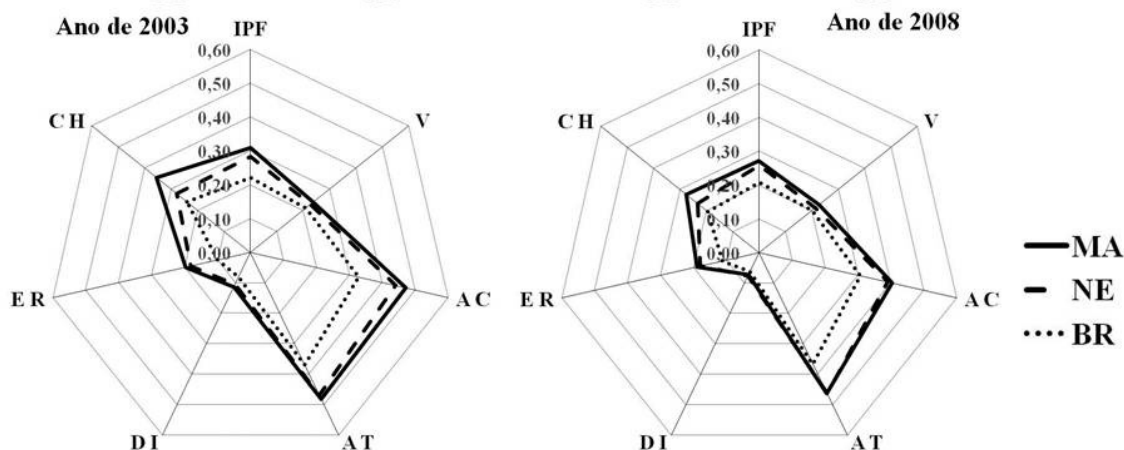
Índice de Pobreza Familiar e suas dimensões	Média 1990			Média 2000			Variação 1990 a 2000		
	MA	NE	BR	MA	NE	BR	MA	NE	BR
Índice de Pobreza Familiar	0,37	0,32	0,24	0,29	0,27	0,21	-0,08	-0,05	-0,03
Vulnerabilidade	0,28	0,26	0,23	0,23	0,22	0,20	-0,05	-0,04	-0,03
Acesso ao conhecimento	0,56	0,52	0,40	0,44	0,42	0,32	-0,12	-0,11	-0,08
Acesso ao trabalho	0,48	0,45	0,36	0,47	0,47	0,37	-0,01	0,02	0,01
Desenvolvimento infantil	0,21	0,18	0,14	0,09	0,09	0,07	-0,12	-0,09	-0,07
Escassez de recursos	0,19	0,16	0,10	0,19	0,18	0,11	0,00	0,02	0,01
Carências habitacionais	0,49	0,36	0,24	0,32	0,26	0,22	-0,18	-0,10	-0,02

Fonte: IBGE - PNAD

Ao agrupar o Índice por décadas, percebe-se que ele mostrou-se mais elevado na década de 1990 (média dos anos de 1993 e 1998) do que na década de 2000 (média dos anos 2003 e 2008), nas três esferas analisadas. No Maranhão, porém, a redução da pobreza foi mais intensa (0,08) do que no Nordeste (0,05) e no Brasil (0,03). Como mostra a **Tabela 2**, as dimensões que mais avançaram no Estado foram: carências habitacionais (-0,18), desenvolvimento infantil (-0,12) e acesso ao conhecimento (-0,12). E as dimensões com menores progressos foram: escassez de recursos (0,00) e acesso ao trabalho (-0,01).

Para se ter uma visão mais geral da evolução do Índice e de suas dimensões, o gráfico selecionado para agrupar os dados foi do tipo radar. Esse gráfico permite comparar os valores agregados de várias séries de dados. Para análise, é importante entender que o grau de pobreza será tanto maior quanto mais extensa for a área formada no gráfico.





IPF: Índice de Pobreza Familiar **AC:** Acesso ao conhecimento **AT:** Acesso ao trabalho
DI: Desenvolvimento infantil **ER:** Escassez de recursos **CH:** Carências habitacionais

Gráfico 1 – Índice de Pobreza Familiar do Maranhão, Nordeste e Brasil e suas dimensões para os anos de 1993, 1998, 2003 e 2008

Fonte: IBGE-PNAD

O Maranhão passou por avanços significativos na década de 2000, que influenciaram esse recuo da pobreza no Estado. Dentre os quais, pode-se citar a melhoria nos rendimentos da população.

Sobre este aspecto, o mais importante a ser observado no Estado é a melhoria na distribuição da renda nos anos 2001 a 2008. Tal tendência é verificada a partir da diminuição absoluta no percentual de pessoas sem rendimento e no crescimento anual, acima da média total de rendimentos, da quantidade de pessoas com até 2 salários mínimos (SM), bem como pelas taxas negativas das faixas com mais de 3 SM. Isso significa que está acontecendo uma migração das pessoas sem rendimento para classes com até 2 SM, apesar daquela classe ainda ser bastante expressiva, pois comportava 37,3% das pessoas de dez anos ou mais de idade no ano de 2008 (ou 1,89 milhão de pessoas em 2008 comparado com 2,05 milhões de pessoas em 2001).

É interessante citar que desde 2000 o salário mínimo vem sendo ajustado, sistematicamente acima da inflação, o que permitiu uma expressiva recuperação do seu poder de compra. Ao comparar o salário mínimo real (valores inflacionados pelo INPC de 2008) de 2000 (R\$ 268,00) com o de 2008 (R\$ 415,00), constata-se um ganho real, nesse período, de 55,1%, que representa uma média de 5,6% ao ano.

A referida recuperação do valor real do salário mínimo ao longo da última década foi um dos principais fatores que atuaram na elevação de 51,4% na massa de rendimentos no Maranhão, quando comparados os anos de 2002 e 2008. As classes

que tiveram as maiores taxas de crescimento anual da massa de rendimentos foram: mais de 10 a 20 SM (13,7%), até ½ SM (8,4%); mais de ½ a 1 SM (9,8%); mais de 1 a 2 SM (11,6%); mais de 2 a 3 SM (7,2%); e, mais de 3 a 5 SM (7,9%).

Tanto a diminuição da classe sem rendimento acompanhada pela elevação da taxa de crescimento anual das classes de até 2 SM, como a maior participação destas classes na massa de rendimentos podem ser explicados por alguns fatores, como: a) aposentadoria rural, criada em 1988; b) maior atuação dos Programas de Transferência de Renda (sendo o Programa Bolsa Família o principal deles); e c) elevação das transferências constitucionais para o Estado e municípios (principalmente do FUNDEB).

4 CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS

As conclusões sobre a evolução da pobreza no Estado do Maranhão, baseadas no Índice construído neste trabalho, é que houve uma redução da pobreza na década de 2000 quando comparada com a de 1990, tanto para o Maranhão como para o Nordeste e para o Brasil. E que evolução da pobreza no Estado não decorreu de fatores endógenos ao padrão de crescimento exibido pela economia maranhense no período. Esteve sim, apoiada, em grande parte, na elevação das transferências de renda para a população, para o Estado e para os municípios e, também, na grande valorização do salário mínimo nos anos 2000. Tal evidência é comprovada no fato de que as dimensões que mais avançaram no Maranhão foram: carências habitacionais, desenvolvimento infantil e acesso ao conhecimento. E, as dimensões com menor progresso foram: acesso ao trabalho e escassez de recursos.

No que se refere às perspectivas sobre a evolução da pobreza na década de 2010, tendo por base o IPFM, acredita-se na continuidade da redução do Índice, bem como de grande parte de suas dimensões. É provável que a vulnerabilidade permaneça diminuindo no Estado, assim como no Nordeste e no Brasil. No acesso ao conhecimento, ainda há espaço para avanços, principalmente no que diz respeito à educação técnica e superior. No acesso ao trabalho e na escassez de recursos, há tendências de melhorias, tendo em vista o ritmo de crescimento que o Estado vem mantendo na década de 2000 e que será potencializado pelo novo ciclo de investimentos previsto até o ano de 2016. O desenvolvimento infantil não deverá evoluir tanto, uma vez que o Estado já está com um bom resultado nesta dimensão,

próximo ao Nordeste e ao Brasil. E, a dimensão carências habitacionais prosseguirá com grandes avanços, pois mesmo apresentando o melhor desempenho, ainda está com um valor bem acima do registrado no âmbito regional e nacional.

REFERÊNCIAS

CODES, Ana Luiza Machado de. **Modelagem de Equações Estruturais: Uma contribuição Metodológica para o Estudo da Pobreza**. 2005. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, 2005.

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirella; FRANCO, Samuel. **Pobreza Multidimensional no Brasil**. Texto para Discussão n. 1227, IPEA. 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em: 2 jan 2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Previdência e assistência social: efeitos no rendimento familiar e sua dimensão nos estados. **Comunicado do Presidente** n. 58. 2010a. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/> >. Acesso em: 30 set. 2010.

_____. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por região e por estado no Brasil. **Comunicado do Presidente** n. 38. 2010b. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/portal/> >. Acesso em: 30 set. 2010.

INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICOS (IMESC). **Produto Interno Bruto dos municípios do Estado do Maranhão**. São Luís: IMESC, 2009. v. 5.

_____. **Indicadores de conjuntura econômica**. São Luís: IMESC, 2010. v. 5.

NASCIMENTO, Talita de Sousa. **Evolução da pobreza no Estado do Maranhão: análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios com recortes de 1993 a 2008**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **O Bolsa Família no Enfrentamento da Pobreza no Maranhão e Piauí**. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. O debate sobre a pobreza: questões teórico-conceituais. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 6, n. 2, 184 p. jan./jun. 2002.